

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

8 – ASPECTOS JURÍDICOS DE NEGÓCIOS BANCÁRIOS

QUESTÃO 1

Acerca das diversas espécies de normas do processo legislativo, assinale a opção correta.

- A A proposta de emenda constitucional e o projeto de lei complementar são de iniciativa exclusiva do presidente da República.
- B É permitido legislar sobre direitos políticos e nacionalidade mediante edição de medidas provisórias.
- C As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta.
- D Considera-se aprovada a proposta de emenda constitucional que obtiver votação favorável da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- E Proposta de alteração da forma federativa do Estado brasileiro deve-se dar, necessariamente, por meio de emenda constitucional.

QUESTÃO 2

Acerca da disciplina jurídica dos contratos em geral, assinale a opção correta.

- A À exceção das operações financeiras relacionadas a crédito industrial, rural e comercial, não há limitação de juros remuneratórios nos contratos de mútuo celebrados entre as instituições financeiras e seus clientes, salvo se a taxa pactuada discrepar da taxa média de mercado para operações da mesma espécie e risco.
- B A pactuação de cláusula resolutiva expressa não desonera o credor de interpelar o devedor para a sua constituição em mora diante do inadimplemento.
- C Não se permite ao devedor, na venda de coisa móvel, reservar para si a propriedade do bem até que o preço esteja integralmente pago, uma vez que a transferência da titularidade se dá com a efetiva tradição.
- D É lícito que uma pessoa doe todos os seus bens, comprometendo a sua própria subsistência.
- E Entende-se por comodato o empréstimo oneroso de coisas não fungíveis.

QUESTÃO 3

Com relação às garantias prestadas nos contratos, assinale a opção correta.

- A O aval é garantia prestada em contratos atípicos.
- B É lícita, por meio de endosso específico, a constituição de penhor de título de crédito em garantia das obrigações assumidas em operação de empréstimo.
- C A anticrese, a hipoteca, o usufruto e a penhora judicial são direitos reais de garantia.
- D A constituição de direitos reais sobre imóveis independe de registro do título no cartório de registro de imóveis, uma vez que tal formalidade é apenas condição de sua eficácia contra terceiros.
- E Em qualquer regime de casamento, a validade do aval independe da autorização do outro cônjuge ao prestador da garantia.

QUESTÃO 4

Quanto à disciplina jurídica dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- A O endosso em preto apostado no verso de cheque não implica responsabilidade para o endossante em caso de não pagamento do título pelo emitente, ainda que protestado o título.
- B O sacador da duplicata de compra e venda mercantil é o devedor principal do título em caso de aceite.
- C A instituição financeira que recebe título de crédito por endosso-mandato é sempre responsável pelas consequências da cobrança indevida.
- D Não se efetua a cobrança judicial de duplicata de compra e venda mercantil não aceita pela via executiva, ainda que efetivado legitimamente o seu protesto e que ela seja acompanhada do documento hábil à comprovação do recebimento da mercadoria.
- E É lícita a condenação por danos morais do beneficiário de cheque pós-datado em caso de sua devolução sem a provisão de fundos devido à apresentação do título antes da data estabelecida entre as partes.

QUESTÃO 5

Com relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- A A condição de fornecedor de serviços ou produtos, para fins de incidência do CDC, é reconhecida apenas para as pessoas jurídicas.
- B Considera-se consumidor apenas a pessoa física cuja hipossuficiência seja inerente à própria relação de consumo.
- C O direito de inscrição do nome do consumidor em cadastros de proteção ao crédito decai com o decurso do prazo prescricional da respectiva ação de cobrança do débito.
- D Em razão da unilateralidade dos contratos de adesão, a legislação consumerista os considera, objetivamente, abusivos, tornando-os nulos de pleno direito.
- E Em atenção ao princípio da autonomia da vontade contratual, em qualquer hipótese, é legítimo ao fornecedor recusar a venda de bens ou a prestação de serviços a quem se dispuser a adquiri-los mediante pronto pagamento.

QUESTÃO 6

Considerando que uma lei ordinária federal, uma lei ordinária estadual e uma lei ordinária municipal tratem simultaneamente da mesma questão, assinale a opção correta com base na disciplina da hierarquia das normas.

- A** A lei federal deve prevalecer por ser de hierarquia superior.
- B** A lei estadual revoga a lei federal e a municipal sempre que dispuserem simultaneamente sobre assuntos semelhantes.
- C** A lei municipal não possui qualquer eficácia, pois há duas normas de grau superior sobre a mesma questão.
- D** Todas as leis devem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- E** As referidas leis não mantêm propriamente hierarquia entre si, pois cada esfera legislativa tem seu próprio campo de atuação.

QUESTÃO 7

De acordo com o Código Civil, é plenamente capaz de celebrar contratos bancários

- A** um menor com quinze anos de idade assistido por pessoa maior.
- B** aquele que, por causa transitória, não exprima sua vontade.
- C** um ébrio habitual devidamente assistido.
- D** um excepcional, sem desenvolvimento mental completo, desacompanhado.
- E** um enfermo que não tenha o necessário discernimento para a prática desses atos, desde que acompanhado.

QUESTÃO 8

Suponha que seja reconhecida a união estável entre João e Maria, configurada na convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Nessa situação, salvo contrato escrito entre João e Maria, aplica-se à referida união estável o regime de bens conhecido como

- A** comunhão universal de bens.
- B** comunhão parcial de bens.
- C** participação final nos aquestos.
- D** separação de bens.
- E** comunicação dos bens herdados.

QUESTÃO 9

Com relação às pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A** Os Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo.
- B** As igrejas católicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- C** A pessoa jurídica está desobrigada de cumprir ato de administrador exercido nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- D** A proteção dos direitos da personalidade é inerente às pessoas naturais, não se aplicando às pessoas jurídicas.
- E** As associações assemelham-se às sociedades pelos objetivos eminentemente econômicos.

QUESTÃO 10

Para efeitos legais, de acordo com o Código Civil, os bens móveis incluem

- A** o direito do promitente comprador do imóvel.
- B** a hipoteca.
- C** o direito à sucessão aberta.
- D** o tijolo provisoriamente separado de um prédio para nele se reempregar.
- E** as energias que tenham valor econômico.

QUESTÃO 11

Quanto aos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A** Constitui requisito de eficácia do negócio jurídico que o agente seja maior de 21 anos de idade.
- B** O requisito de validade do negócio jurídico pressupõe forma escrita e devidamente assinada pelas partes.
- C** A escritura pública é essencial à validade da transferência de um imóvel no valor de cinco mil reais.
- D** A renúncia da prescrição deve ser interpretada estritamente.
- E** Em qualquer declaração de vontade, deve-se atender exclusivamente ao sentido literal da linguagem.

QUESTÃO 12

A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- A** Nas cédulas de crédito bancário, eventual garantia deve ser constituída necessariamente na própria cédula.
- B** O credor pela nota de crédito rural não possui qualquer privilégio sobre os bens do devedor.
- C** A duplicata é um título que documenta o crédito decorrente de um contrato de compra e venda ou de uma prestação de serviços.
- D** A lei veda expressamente aos cheques a cláusula à ordem, o endosso e o aval.
- E** A ordem de pagamento a terceiro é a principal característica da nota promissória.

QUESTÃO 13

Suponha que certo correntista tenha firmado contrato perante instituição bancária, tendo sido a avença garantida por fiança. Nesse caso,

- A** a fiança é autônoma em relação à obrigação principal.
- B** trata-se de garantia pessoal.
- C** a fiança é um ato unilateral.
- D** ao ser demandado, o fiador exime-se da obrigação ao alegar que o afiançado possui bens para saldar a dívida.
- E** a fiança somente deve ser prestada no corpo do título de crédito.

QUESTÃO 14

Supondo que certa pessoa jurídica descumpra as medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos por ela causados pela degradação da qualidade ambiental, assinale a opção correta, com base nas normas relativas à Política Nacional do Meio Ambiente.

- A** Referida pessoa jurídica estará sujeita a multa simples, nos valores correspondentes, no mínimo, a 1.000 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs).
- B** Os incentivos fiscais eventualmente concedidos à citada pessoa jurídica pelo poder público poderão ser ampliados.
- C** Havendo omissão da autoridade local, competirá ao presidente do Banco Central do Brasil a aplicação das penalidades pecuniárias previstas na legislação ambiental.
- D** Constitui obstáculo à aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos a execução das garantias exigidas do poluidor.
- E** A referida pessoa jurídica estará sujeita à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

QUESTÃO 15

A respeito do atendimento prioritário aos usuários de serviços prestados por instituições financeiras, assinale a opção correta.

- A** Somente as mulheres acompanhadas por crianças de colo têm direito a atendimento prioritário. Esse benefício não é extensivo aos homens.
- B** O usuário de serviços prestados por instituições financeiras que estiver com uma perna engessada, portando muletas e com dificuldades para se locomover não se enquadra na condição de deficiente físico, não fazendo jus a atendimento prioritário.
- C** O portador de deficiência física tem direito a atendimento imediato nas instituições financeiras, entendendo-se por atendimento imediato o prestado antes de qualquer outra pessoa, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento.
- D** O atendimento diferenciado aos portadores de deficiência física compreende a admissão de entrada e permanência de cão-guia mediante a apresentação de carteira de vacinação atualizada do animal.
- E** A reincidência na violação às regras de prioridade no atendimento estabelecidas em lei sujeita o infrator ao pagamento de multa elevada em 50% do valor aplicável.

QUESTÃO 16

Com relação ao CDC, assinale a opção correta.

- A** Nas centrais de atendimento ao cliente disponibilizadas por meio de número de telefone fixo convencional, permite-se a veiculação, pelas instituições financeiras, de publicidade de bens e serviços no período em que o cliente aguarda o atendimento.
- B** A recusa do fornecedor em cumprir a oferta dá direito ao consumidor de exigir outro produto ou prestação de serviço equivalente, devendo pagar a diferença, porventura existente, entre o produto ou serviço inicialmente oferecido e o dado em substituição.
- C** Informações suficientemente precisas prestadas sobre os serviços oferecidos ao consumidor obrigam o fornecedor a cumpri-las, a não ser que comprove que tal ato fora praticado por seus representantes autônomos.
- D** Não constitui publicidade enganosa a comunicação de caráter publicitário, feita por instituição financeira, em que se afirma que a concessão de crédito se faz sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito, quando, na verdade, a consulta é feita por se tratar de procedimento prévio à própria contratação de mútuo bancário.
- E** Condicionar a celebração de contrato de mútuo à contratação de seguro fornecido pela própria contratada é prática vedada pelo CDC.

QUESTÃO 17

A respeito das espécies tributárias, assinale a opção correta.

- Ⓐ A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal (DF) podem instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- Ⓑ Aplica-se o princípio da anterioridade nonagesimal às contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Ⓒ Os impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, renda e proventos de qualquer natureza e produtos industrializados constituem exceções ao princípio da legalidade tributária.
- Ⓓ A instituição de imposto sobre a propriedade territorial rural compete aos estados.
- Ⓔ O imposto sobre transmissão *inter vivos* incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

QUESTÃO 18

Ainda em relação às espécies tributárias, assinale a opção correta.

- Ⓐ As taxas devem ter, como base de cálculo, padrão de referência embasado em signos presuntivos de capacidade econômica derivados de fatos do contribuinte.
- Ⓑ É inconstitucional a cobrança pelos municípios e pelo DF de contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública.
- Ⓒ No exercício da competência residual, é permitido à União instituir, mediante lei complementar, impostos não compreendidos em sua competência tributária, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal de 1988 (CF).
- Ⓓ Em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro estado, adota-se a alíquota interestadual, seja o destinatário final contribuinte ou não do referido imposto.
- Ⓔ A contribuição social para financiamento da seguridade social, paga pelo empregador, incide sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física com vínculo empregatício que lhe preste serviço, e também sobre a receita ou o faturamento e sobre o lucro.

QUESTÃO 19

Imunidade tributária

- Ⓐ é um obstáculo decorrente de regra da CF à incidência da regra jurídica de tributação.
- Ⓑ constitui hipótese de exclusão do crédito tributário.
- Ⓒ suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- Ⓓ é a dispensa legal de um tributo devido.
- Ⓔ é sinônimo de alíquota zero.

QUESTÃO 20

A respeito do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), assinale a opção correta.

- Ⓐ O ISS incide exclusivamente sobre os serviços que constituam atividade preponderante do prestador.
- Ⓑ A incidência do ISS independe da denominação dada ao serviço prestado.
- Ⓒ Sobre a prestação de serviços dos trabalhadores avulsos incide ISS.
- Ⓓ O ISS deve ser recolhido aos cofres públicos federais.
- Ⓔ É vedada a incidência de ISS sobre serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro.